

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA NA PARAÍBA: DESAFIOS E DIFICULDADES

Ticiana Lima Soares

Bacharel em Segurança Pública - Polícia Militar do Estado da Paraíba. Psicóloga pelo UNIPÊ. Gestora em Tecnologia Educacional pelo Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba. Instrutora e Mentora do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD.

ticianasoes@hotmail.com

Fábio Gomes França

Doutor em Sociologia pela UFPB. Pesquisador na Área da Sociologia da violência, do poder, do controle social e temas voltados para o campo da Segurança Pública. Instrutor de Criminologia e Sistema de Segurança Pública no Brasil no Curso de Especialização em Segurança Pública da PMPB e do Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

lillehammer@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo visa analisar o papel da Polícia Militar como agente de Segurança Pública e como ela vem atuando na prevenção à criminalidade no Estado da Paraíba e na democratização de seus serviços. Para tanto, por meio de uma pesquisa qualitativa, acompanhamos o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), aplicado em escolas públicas da cidade de João Pessoa, através da observação direta e participante; além de aplicarmos um questionário misto, com questões abertas e fechadas, enviado por e-mail aos instrutores que fazem parte deste projeto, em diversos locais do Estado. Assim, a partir das observações realizadas em campo e das respostas fornecidas pelos instrutores "proerdianos", constatamos a existência de problemas enfrentados na execução da "filosofia" do PROERD, que dificultam o alcance de resultados satisfatórios para a manutenção do projeto.

Palavras-chave: Polícia Militar. Proerd. Prevenção Criminal.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of the Military Police as Public Security agent and how it has been active in crime prevention in the State of Paraíba and in the democratization of its service. Therefore, through a qualitative research, we see the Drug Abuse Resistance of Education (DARE), applied in public schools in the city of João Pessoa, through direct and participant observation; and sent by email a mixed questionnaire, with open and closed questions to the instructors that are part of the project at various state locations. Thus, through the observations in the field and the answers provided by the instructors, we found the existence of encountered problems in implementing the "philosophy" of DARE that complicate the satisfactory results achievement for the maintenance of the project.

KEYWORDS: Military Police. Dare. Criminal Prevention.

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente criminalidade existente no Brasil, as instituições de Segurança Pública têm buscado encontrar e utilizar ferramentas profiláticas que consigam minimizar os danos sociais causados pelos fatores geradores da violência. Assim, trabalham no sentido de estabelecer uma relação democrática de confiança entre as polícias, a população e, conseguir o apoio da sociedade na execução dos trabalhos da polícia, tem se tornado uma das metas no campo das políticas de Segurança Pública.

O presente artigo visa abranger o papel da Polícia Militar como agente de Segurança Pública na Paraíba. Como a PM tem atuado na prevenção à criminalidade? Destacam-se neste sentido, as ferramentas que a Polícia Militar vem utilizando como estratégias para a diminuição da criminalidade, com mais ênfase, para a redução de homicídios dolosos entre os jovens, principalmente aqueles que se envolvem de forma direta ou indireta com

o uso abusivo de drogas ilícitas. Tais homicídios, explicam-se por causas diversas, mas os ingressos desses mesmos jovens no mundo do tráfico de drogas juntamente com o consumo de entorpecentes têm mostrado fatores relevantes para o aumento nos índices de mortes violentas de jovens em todo o país (ZALUAR, 2007; TAVARES DOS SANTOS, 2007).

Nesse caminho, a filosofia de Policiamento Comunitário e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desde a década de 90 do século passado, surgiram como estratégias preventivas no combate à violência. No caso do Policiamento Comunitário, vislumbra-se o resgate da confiança das comunidades em relação às instituições policiais, numa parceria que possibilite a participação popular na resolução de problemas que influenciam na Segurança Pública (SKONICK & BAYLEY, 2002; TROJANOWICZ & BUCQUEROUX, 1994; CERQUEIRA, 1999). Sobre o PROERD, o foco volta-se para um modelo educacional importado dos Estados Unidos, no qual a parceria se estabelece entre policiais militares, escolas públicas e privadas e famílias de alunos, visando conscientizar crianças e jovens dos males advindos das drogas de maneira geral (OLIVEIRA, 2014).

Sendo exatamente para compreender como o PROERD tem funcionado na Paraíba que fomos a campo, visitando escolas públicas da capital paraibana, João Pessoa, focando nas dificuldades e desafios que surgem para a continuidade do projeto; bem como, entrevistamos alguns instrutores do Programa. Para tanto, inicialmente buscar-se-á conhecer o histórico das Polícias Militares no Brasil desde sua origem aos dias atuais, verificando a sua relação com a sociedade brasileira ao longo dos anos e como essas instituições, têm buscado desconstruir uma imagem repressora, investindo em ações preventivas. Na sequência, far-se-á uma descrição das ferramentas preventivas utilizadas pela Polícia Militar da Paraíba, a partir da filosofia de Polícia Comunitária, incluindo, pois, o próprio PROERD. Por fim, como resultado, mostrar-se-ão os problemas enfrentados na execução de programas preventivos por parte da Polícia Militar através do PROERD, buscando problematizar e construir caminhos que possam enriquecer o debate sobre o tema, bem como auxiliar na solução das dificuldades encontradas.

2 UM BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

A história das Polícias Militares no Brasil

tem sua origem no início do Séc. XIX, quando houve a chegada da família real portuguesa no ano de 1808, após fugir das tropas de Napoleão Bonaparte. Com a vinda da Corte Portuguesa e com a tentativa de criarem-se aparatos que pudessem protegê-la, do que podemos considerar as primeiras “classes perigosas”, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte que, segundo Cotta (2009), tinha como atribuições, organizar os espaços públicos no Rio de Janeiro, além de disciplinar os costumes da população.

A Intendência Geral assumiu o papel de “agente civilizador” e durante os anos de 1808 a 1821, o intendente Paulo Fernandes Viana se dedicou ao processo de urbanização e saneamento do Rio de Janeiro. A Intendência possuía caráter administrativo e, portanto, necessitava de uma força de intervenção pronta a cumprir as determinações do intendente sem questionar. Criou-se então a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte em 1809, que deveria ter suas ordens emanadas pelo Intendente Geral de Polícia (COTTA, 2009).

Remonta-se que as primeiras atribuições dessa força policial foram ligadas à segurança do Rio de Janeiro, ou melhor, dos membros da Corte, e se confundia com a segurança da população, bem como as obras públicas, organização dos espaços urbanos, saneamento da cidade e controle da fuga de escravos. No entanto, não havia nada que legislasse sobre esse assunto no Brasil (SOARES, 2012). O que existia era um estatuto interno que normatizava acerca de como deveria ser a conduta da Divisão Militar da Guarda Real. Segundo Cotta (2009), este regulamento que era composto de 24 artigos, referia-se à maneira de atuação, as modalidades de policiamento a partir de rondas denominadas “patrulhas rondantes”. Tal regulamento prescrevia as situações em que deveriam atuar essas patrulhas e qual deveria ser a providência a tomar acerca das medidas que deveriam ser adotadas no caso de desvios de conduta apresentados pelos membros da Divisão. Uma observação a se destacar foi que, o regulamento não se referia em nenhum momento, a que tipo de conduta deveria ser adotada em caso de maus tratos ou, violências arbitrárias que fossem cometidas pelos militares, da Divisão Militar da Guarda Real, denotando que a sua meta era subjugar e reprimir (COTTA, 2009).

Cotta (2009) nos diz que o comportamento dos militares da Divisão Militar, em relação aos seus modos de atuação, eram orientados tanto por códigos previamente definidos, quanto por ações baseadas nas suas visões dos eventos e da inserção no meio social em que viviam. A partir da análise de registros policiais, tais condutas sugerem a

influência por meio de relações de intimidade, cor, idade e nível sócio econômico. Este contexto quanto à atuação policial, baseavam-se nos aspectos de controle social e repressão, próprios de uma sociedade escravocrata e submissa, em que havia parcialidade e protecionismo por parte das forças de segurança, com relação à classe dominante da época.

Mudanças e insatisfações ocorreram, motivando o retorno de D. João VI a Portugal. De acordo com Caldeira et al. (1997), devido a movimentos revolucionários que eclodiram em Portugal e no Brasil com motivos distintos, ao fato de Portugal visar obter mais controle sobre a colônia e, com a divisão política das elites coloniais, parte apoiando a Coroa portuguesa e parte querendo mais autonomia, ocorreu do Rei retornar a Portugal em 25 de abril de 1821 deixando o Brasil a ser governado por um regente, seu filho e herdeiro D. Pedro I.

D. Pedro I passa a governar o Brasil e com o apoio de vários Estados declara a independência sob forte desagrado de Portugal e de parte da população que discordava da emancipação, inclusive da tropa de Elite Portuguesa que servia no Rio de Janeiro. No dia 11 de janeiro de 1822, após descumprimentos de ordens vindas da Corte Portuguesa por parte de D. Pedro I, a Tropa de Elite Portuguesa sob a liderança de seu comandante, deram início a ações de repressão aos brasileiros que reagiram e, com isso, houve a formação de milícias compostas por civis, somados a soldados brasileiros e populares. Restou apenas um batalhão português que se manteve neutro, guardando o Palácio Real.

A reação do príncipe regente foi de armar a milícia e expulsar a tropa portuguesa do Brasil. Com o apoio da população e de mais alguns Estados, a exemplo de Minas Gerais, D. Pedro declara a independência do Brasil em sete de setembro de 1822. Tendo sua primeira Constituição independente de Portugal promulgada no dia 25 de março de 1824. De acordo com Marcineiro e Pacheco (2005), a Constituição de 1824 era omissa com relação à Segurança Pública e a primeira lei que trata sobre esse assunto no Brasil, diz respeito à Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828, que em seu art. 66, delega às Câmaras Municipais o exercício do Poder de Polícia. Após a abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831 e enquanto o povo em desfile aclamava Pedro de Alcântara, filho de D. Pedro I, que na época contava cinco anos de idade como sucessor da Coroa, três regentes assumiam a direção do País, era a Regência Trina Permanente (CALDEIRA et al., 1997).

Nesse mesmo período, em 18 de agosto de 1831, através de uma Lei Regencial e durante a

regência do Padre Diogo Antônio Feijó extinguiram-se os Corpos Policiais e em seus lugares foi criada uma única força policial, a Guarda Nacional, que se instalou nos Estados e que, segundo Lima (2000), veio a ser extinta no ano de 1917. Concomitantemente, foi criada também pela Regência Trina Permanente, por Decreto Regencial de 10 de outubro de 1831 o Corpo de Guardas Municipais Permanentes que autorizava os Presidentes de Conselhos das Províncias, a criarem em suas respectivas Províncias, idênticas organizações. De acordo com Marcineiro e Pacheco (2005), com o passar do tempo, as Guardas Municipais Permanentes passaram a atuar de forma mais abrangente em todas as Províncias.

Segundo Lima (2000), o Corpo de Guardas Municipais Permanentes surgiu a partir da necessidade que a Regência Trina Permanente, que na época governava o país em nome do imperador menino, D. Pedro II, tinha em enfrentar dificuldades para conter o grande número de revoltas que se espalhavam pelo país, pois o Corpo de Guardas tinha o objetivo de enfrentar os movimentos revolucionários que vinham do povo. Além disso, o alistamento nas Guardas Permanentes era exclusivo para brasileiros de 18 a 40 anos, o que corrobora com Soares (2012), que diz que isso aconteceu devido à necessidade de se substituir funcionalmente a Guarda Real de Polícia, o que acabou de vez com as forças policiais existentes no período regencial que eram compostas por integrantes da Guarda Real Portuguesa.

Além disso, verifica-se que foi determinado que a nova Polícia brasileira deveria ser hierarquizada e disciplinada, composta por voluntários, que se dedicassem exclusivamente e permanentemente aos misteres Policiais (MARCINEIRO; PACHECO, 2005). Nesse sentido, as tropas das Guardas Municipais Permanentes tinham na disciplina e hierarquia seus princípios basilares, pois a origem dos seus homens provinha das classes pobres e menos favorecidas e, desse modo, as tropas disciplinadas não se revoltariam contra o governo e controlariam melhor as revoltas e insurreições populares.

O Corpo de Guardas Municipais Permanentes foi, em muitas províncias, o embrião de origem de suas forças de segurança. Tinham como principal atribuição serem o braço armado do poder público para defender a Monarquia atendendo aos interesses das classes dominantes e os interesses do município. Na Paraíba, conforme Lima (2000), o Corpo de Guardas Municipais Permanentes foi criado em 03 de fevereiro de 1832 e durante sua existência, recebeu diversos outros nomes até ser definido o nome de Polícia Militar, no ano de 1947,

atendendo a Constituição da República de 1946 que, renomeou a então Força Policial, passando a chamá-la de Polícia Militar (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Nos conflitos em que o Brasil se viu envolvido na sua época de Império, a Força Policial atuou em conjunto com a Força Armada do Exército Brasileiro na defesa interna, bem como, na Segurança Nacional. Por questões de omissão na Constituição da República de 1891, que não se referia em nenhum momento à organização de segurança pública no país, as Forças Policiais controladas na época pelos Estados passam a adotar os regulamentos do Exército Brasileiro tendo em vista seu papel de atuação próxima àquela Força Armada (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Segundo Marcineiro e Pacheco (2005), com receio de que os Estados promovessem algum movimento que desafiasse o poder da União, na Constituição da República de 1934 da Era Vargas, as Forças Policiais passam a serem conduzidas, terem sua legislação exclusiva sob a égide da União e a ser força reserva de primeira linha do Exército.

Na Constituição da República de 1946, pós II Guerra Mundial, essa competência permanece e, a partir de então, se ratifica que as Polícias Militares passam a ser constitucionalmente força auxiliar e reserva do Exército, tendo como missão a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados. A partir daí, o que se vê são as Polícias Militares sob o controle direto do Exército, atuando como braço armado do Estado e se preocupando muito mais em defender os interesses deste, através da Segurança Nacional, do que propriamente em defender os interesses da sociedade, por intermédio da Segurança Pública. Em 1967, já durante o período ditatorial, o Decreto Lei nº 317 cria a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), que terá como atribuição, manter a fiscalização da atuação das Polícias Militares no Brasil.

Todo esse arcabouço histórico, que demonstra o caráter ideológico da origem dos organismos policiais militares, somado às ações policiais no período da Ditadura Militar, as quais se pautaram na violência e na arbitrariedade em diversas situações, acarretou para as polícias militares uma herança que denota descrédito no papel dessa força de Segurança Pública como pacificadora social. As polícias militares entram em uma era democrática através da Constituição da República de 1988 que descreve em seu Art. 1º, a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito.

Mesquita Neto (1999) relata que o Governo Federal no período ditatorial promovia ou tolerava as ações violentas da Polícia, como forma de man-

ter sob seu controle político a sociedade de maneira geral. No período Pós-Constituição de 1988, esse apoio diminuiu gradativamente e embora a violência Policial como ferramenta de controle do Estado, tenha diminuído, a violência Policial enquanto tal, não desapareceu naquela época e passou a ser usada como instrumento de controle social e; mais especificamente, como instrumento de controle da criminalidade.

Para Cardia (1997), a partir do período Pós-Constituição de 1988, a Polícia passa a ser percebida menos como fonte de segurança e mais como agente de força. Que, quando chamada para agir, de acordo com moradores de comunidades carentes da grande São Paulo, demorava muito a aparecer ou simplesmente não vinham. Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência de São Paulo (NEV) nos anos de 1992 e 1993, com diferentes grupos sociais, predominou entre os entrevistados uma má imagem da Polícia. Poucos são os entrevistados que relatam experiências positivas com esta instituição e muitos dos que são bem tratados fazem uma ressalva de que reconhecem que essa seja uma exceção à regra.

Ainda segundo Cardia (1997), a má imagem da Polícia como um todo, parece derivar de três fatores: a) do que se percebe como falta de segurança (a atuação da Polícia não preenche a expectativa que dela faz a população; não identifica os responsáveis pelos delitos; não recupera os bens perdidos e não impede novos delitos e, como não realiza o que dela se espera, não estaria dando a população a sensação de segurança); b) da continuidade da violência Policial e da arbitrariedade e, c) ainda da continuidade da falta de controle da sociedade sobre a Polícia. De acordo com o estudo realizado pelo NEV citado anteriormente, revela-se que a má imagem que a população tem da Polícia no Estado de São Paulo, deriva-se de experiências negativas ou frustrantes e não de imagens produzidas ou disseminadas pelos meios de comunicação. O estudo traz ainda o dado marcante de que, em nenhum relato, a experiência que os entrevistados tiveram com a Polícia, foi satisfatória (CARDIA, 1997). Somem-se a isso informações de pesquisas qualitativas e depoimentos que demonstram um tratamento diferenciado por parte da Polícia com as classes menos abastadas e mais vulneráveis. E são elas que, segundo uma dessas pesquisas, realizada em 1993, também no Estado de São Paulo pelo Clube de Pesquisa, Opinião e Mercado, conseguindo assim, distinguir o papel da Polícia Militar. A pesquisa afirma que as diferentes Corporações, são pouco diferenciadas pelas pessoas, sendo que os entrevistados mais pobres, reconhecem a PM.

Dessa forma, tentativas de implementar novas estratégias têm surgido para se transformar uma Polícia centenária, tida como truculenta, repressiva, arbitrária e parcial, principalmente junto às classes mais carentes do Estado, em uma Polícia democrática. Assim, a nova ordem democrática baseia-se na necessidade de uma Polícia capaz de atender os anseios da população, promovendo uma real pacificação social, imparcial e respeitando a Constituição Federal de 1988, que dita em seus textos que, todos são iguais perante a Lei e são detentores dos mesmos direitos, como condição *sine qua non* para a subsistência da mesma e uma convivência social harmônica.

3 FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA PARAÍBA

Em recente pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (CEBELA), publicada no Mapa da violência 2014, com dados coletados em 2012, houve o aumento de homicídios de jovens a partir dos 13 anos de idade, com o índice de 04 homicídios por 100 mil habitantes. Esses índices também revelam que esse crescimento se configura de forma a atingir o elevado patamar de 75 homicídios por 100 mil habitantes na idade de 21 anos. Na pesquisa, que tem como principal responsável o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, Coordenador do Mapa da Violência no Brasil e Coordenador da Área de Estudos sobre a Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no Brasil, verificaram que, a taxa de homicídios na Paraíba, na população jovem (dos 15 aos 29 anos), aumentou 160,6% entre 2002 e 2012, saltando de 33,4 por 100 mil em 2002, para 87,1 em 2012. Em números absolutos, o crescimento foi de 174,5%, evoluindo de 330 para 906. Só em João Pessoa, esses números apontam 154 homicídios em 2002 contra 371 em 2012 entre a população jovem. O Mapa da Violência 2014, ainda aponta João Pessoa, como a segunda capital mais violenta no que concerne à morte de jovens em 2012, com uma taxa de homicídios entre a população juvenil (15 aos 29 anos) de 177,8 por 100 mil habitantes, perdendo apenas para Maceió com 218,1 por 100 mil em 2012.

Com a finalidade de reduzir essa crescente criminalidade na Paraíba e mais especificamente entre os jovens, a Polícia Militar da Paraíba passou a estabelecer novas e fortalecer antigas estratégias operacionais, principalmente no que se refere à prevenção de delitos. Nesse esteio, o que se busca com essas novas tentativas, ou melhor, com

políticas públicas frente aos órgãos de Segurança Pública e, em especial, em relação aos Policiais Militares, são formas de combater males sociais como a criminalidade que afeta a vida de jovens em todo o país. No Mapa da Violência 2014, há a presença preocupante de um número significativo de jovens com 13 anos ou menos, como vítimas de homicídios dolosos, em que há a intenção de matar. Nesta idade, pois, culturalmente e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira¹, os jovens deveriam estar na escola e na descoberta da adolescência nesta fase da vida.

Constata-se diante de estudos realizados por fontes tais como o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), que funciona no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas (INPAD), que a cada ano o consumo de drogas lícitas e ilícitas entre jovens tem crescido e, por consequência, as ações de violência e de vandalismo ligadas diretamente a esse consumo aumentado, tem se propagado de forma geométrica.

Vários fatores influenciam esse aumento e, dentre eles, um seria a influência que o meio social exerce na formação da personalidade do indivíduo. De acordo com Lucci (2006), a Teoria de Desenvolvimento Proximal defendida por Vygotsky, estabelece que todo organismo se porta como sendo ativo e capaz de estabelecer uma contínua interação entre as mutáveis condições sociais e a base biológica do comportamento humano. Segundo Zanella (1994), Vygotsky observou que a partir das estruturas orgânicas formam-se funções mentais complexas que dependem das experiências sociais da criança.

O desenvolvimento da personalidade seria então um somatório do aspecto elementar de base biológica e do aspecto superior de base sociocultural. O meio social teria então forte influência na construção do indivíduo como ser no mundo. Essa proximidade e influência acarretariam um comportamento que prima por aceitação social por parte do ser humano, o que levaria os jovens a buscarem ser aceitos por seus semelhantes, chegando inclusive a práticas ilegais ou inaceitáveis socialmente, se assim estabelecer e favorecer o ambiente.

O meio social proporciona ao estudante, na fase de transição da infância para a adolescência, influências na formação de con-

¹ Ver Lei nº 9.394 de 20 de Dez de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ceitos sobre drogas e que esses processos estão relacionados aos conceitos espontâneos desse sujeito, aos conhecimentos informados e valores transmitidos pelos pais ou responsáveis, ao papel da educação formal realizado pelo professor e pelas influências ecológicas disponibilizadas no ambiente (PEROVANO, 2011, p. 18).

Segundo Perovano (2011), incitar a formulação de conceitos sobre drogas e violência numa fase de transição da infância à adolescência, diz respeito a evitar preventivamente, a interiorização por parte desse público infanto-juvenil de conceitos advindos exclusivamente do mundo exterior (escola, família e sociedade); os quais não estão vinculados a situações intencionais de educação preventiva.

Nesse contexto, uma das ferramentas utilizadas pelos Policiais Militares que atuam sob a influência da filosofia da Polícia Comunitária é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Não é por acaso que o PROERD é aplicado visando atingir crianças e jovens na faixa etária que normalmente os alcança entre o 5º e o 7º Anos do Ensino Fundamental. Através do PROERD, visa-se a construção de ações que possibilitem a execução da orientação à população jovem de forma sistemática, contínua e preventiva, no que se refere ao não uso abusivo de drogas pelas crianças e adolescente se, principalmente, à racionalização para o não uso da violência como forma de resolução de conflitos.

Outro objetivo do PROERD é a busca da construção de uma relação de confiança entre Polícia e comunidade desde a tenra idade. Desta forma, a Polícia passaria a ser considerada, a longo e curto prazo, visto que também envolve as famílias e a comunidade escolar nessa relação, como uma parceira confiável e amiga; que tem como função, auxiliar a comunidade na solução de seus problemas. Esta relação, também pode ser trabalhada de modo que o Policial Militar em contato com a realidade dos jovens conviveria com as limitações que os mesmos enfrentam na sua formação de personalidade e caráter. O PROERD serve de ponto de partida para a busca de soluções da desestrutura moral que atrapalha a formação de jovens sadios conhecedores de seus direitos, mas principalmente, cumpridores de seus deveres para com a sociedade.

O PROERD, segundo Pereira (2009), surgiu em Los Angeles, nos Estados Unidos da América no ano de 1983, por meio de uma parceria entre o Departamento de Polícia e o Distrito Escolar daquela cidade, com o nome *Drug Abuse Resistance*

of Education (DARE), voltado a reduzir o consumo de drogas pela Educação Preventiva. Implantado no Brasil no ano de 1992, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro; a partir do ano 2000, passou a ser adotado por todas as Polícias Militares Estaduais, sendo executado pelos 26 Estados e ainda o Distrito Federal. O programa consiste em uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado, chamado "Policial PROERD"², professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes; bem como ajudar os mesmos a reconhecerem as pressões e as influências diárias que os levam a usarem drogas e praticarem a violência, para que assim, possam resistir a elas (PEREIRA, 2009).

A metodologia do PROERD baseia-se na participação do Policial Militar fardado e habilitado com o programa, dentro de sala de aula, inserido na rotina educacional da criança e do adolescente; como já ressaltado, do 5º e do 7º Anos do Ensino Fundamental, aplicando uma lição semanal com o auxílio de um livro do estudante (PEROVANO, 2006), em que constam 12 lições que irão trabalhar diversos temas, tais como: o uso abusivo do cigarro; do álcool; da maconha; dos inalantes; como entender e enfrentar a pressão do grupo; o *bullying*; as bases da amizade e como decidir de forma confiante, a partir da construção sadia do processo decisório através dos passos: Defina, Analise, Atue e Avalie.

Ao término do curso, o aluno participará de uma solenidade de formatura onde receberá um certificado de conclusão de curso e fará um juramento, se comprometendo a não fazer uso de drogas, nem de violência, respeitar as diferenças e as autoridades constituídas e crescer um cidadão de bem.

O PROERD foi criado por uma equipe multidisciplinar, formados por educadores, psicólogos e Policiais. Visa, além de falar para crianças e adolescentes sobre os malefícios do uso indevido das drogas e suas consequências orgânicas e sociais, estabelecendo uma relação de confiança entre a Polícia Militar e a comunidade. Seus objetivos estão firmados no tripé: Polícia, Escola e Família.

Na Polícia Militar da Paraíba, segundo dados obtidos junto à Coordenação Estadual do PROERD no ano de 2014, 189 Policiais Militares paraibanos, capacitados como Instrutores, atuam em

² Segundo Perovano (2006, p. 18), "esses profissionais trabalham na atividade de prevenção, são denominados de "Instrutores do PROERD", designação militar desses agentes que realizam a atividade de docência no meio militar, e hoje são denominados de "educadores sociais", em face da caracterização funcional e social que possuem.

diversas cidades do Estado. Desses, 56 ministram aula na capital atuando nas escolas da rede pública localizadas em áreas de risco, preferencialmente em escolas próximas às Unidades de Polícia Solidária, que estão instaladas em bairros da periferia da grande João Pessoa. Com raras exceções, atuam em escolas da rede privada.

Apesar da implantação do PROERD no Estado da Paraíba contar com mais de 14 anos e não ter havido nenhuma paralisação na prestação deste serviço pela Polícia Militar ao longo dos anos, verifica-se que existe uma série de dificuldades que impossibilitam ou que tornam quase que inviável, o sucesso do mesmo.

4 O PROERD E AS DIFICULDADES DE SEU FUNCIONAMENTO

4.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Antes que se mostrem os resultados alcançados na pesquisa, torna-se interessante descrevermos o percurso metodológico que adotamos para tornar a pesquisa exequível. Por esse escopo, seguimos os passos da perspectiva qualitativa de pesquisa, porque nosso propósito era apreender o significado subjetivo encontrado nas respostas dadas pelos interlocutores, sem a preocupação com o tamanho da amostra (REY, 2005). Ainda assim, aplicamos um questionário misto, enviado por e-mail, com perguntas abertas e fechadas para os 189 Instrutores do PROERD na Paraíba, que estavam atuando no ano de 2014, sendo que desses, 40 enviaram o questionário respondido, o que corresponde a 21,6% dos Instrutores atuantes.

As perguntas fechadas foram meramente informativas. Verificamos que com relação ao local de atuação, 47,5% dos entrevistados atuam na capital e 52,5% em diversas cidades do interior do Estado. De acordo com o sexo, constatamos que 27,5% são do sexo feminino e 72,5% do sexo masculino. As idades dos entrevistados variam dos 27 aos 48 anos e seu grau de escolaridade divide-se em: 47,5% possuem ensino superior completo, 35% são pós-graduados, 12,5% estão cursando o ensino superior, 2,5% cursa mestrado e 2,5% possui o ensino médio.

Com relação ao tempo que são instrutores do PROERD, 62,5% responderam que estão no programa há menos de 2 anos, 5% estão entre 3 a 5 anos, 7,5% entre 6 a 8 anos, 2,5% de 9 a 11 e 22,5% estão entre 12 e 16 anos atuando no programa. Ainda, mais 77,5% são capacitados para atuarem com os currículos do 5º, 7º e ensino infantil; 17,5% têm habilitação para ministrar aulas no 5º, 7º

e ensino infantil e ainda o “Proerd Pais³” e, 5% são habilitados para atuarem apenas no 5º e 7º anos do ensino fundamental.

Em relação aos dados coletados, somaram-se às respostas obtidas nas questões abertas dos questionários as observações colhidas em campo, as quais foram coletadas em duas Escolas Municipais da cidade de João Pessoa, localizadas nos bairros de Mangabeira e Altiplano. Preferimos não divulgar os nomes das instituições, mas o acesso às mesmas foi facilitado pelo fato da autora principal deste artigo, ter sido Coordenadora Estadual do PROERD na Paraíba durante dois anos e ter um bom relacionamento com as direções escolares nos locais mencionados. Assim, acompanhamos algumas aulas ministradas nas referidas escolas, permanecendo em sala de aula durante todo o período de aula que era dado pelo instrutor PROERD, de modo que nosso objetivo era observar e analisar quais eram os principais obstáculos que surgiam na dialética relação entre o instrutor e os alunos, além do contato que os instrutores estabeleciam com a Direção das escolas, com os professores e os pais dos alunos. Dessa forma, pudemos correlacionar as respostas dadas pelos instrutores entrevistados nos questionários com as observações apreendidas, o que nos levou a constatar uma série de dificuldades que estão presentes no cotidiano dos instrutores que, como “educadores sociais”, trabalham no PROERD.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto aos resultados obtidos tanto das respostas abertas encontradas nos questionários quanto às observações de campo, podemos dizer que os instrutores entrevistados apontam a idade avançada de alguns alunos como um dos problemas. Verificamos através da observação de campo que alguns alunos, se encontram com idade superior à idade limite, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases para estar no 5º ano do Ensino Fundamental; ou seja, acima dos 10 anos, com 12, 13, 14 e às vezes até mais. O comportamento dos alunos mais velhos se difere dos que se encontram na idade prevista, pois uma parte deles, não se envolve com as atividades executadas pelo programa e acabam influenciando o comportamento dos mais novos, dispersando a atenção destes com conversas e ações paralelas.

³ O PROERD PAIS é o quarto currículo do PROERD adotado no Brasil e consiste em um curso de 5 lições direcionadas aos responsáveis pelas crianças e adolescentes. Nele são repassadas informações sobre uso e experimentação de drogas, violência e aptidões de como orientar seus filhos.

O conteúdo aplicado é direcionado ao público infantil de idade dos que devem estar no 5º ano e não desperta muito o interesse nos adolescentes. Verificamos que algumas posturas dos adolescentes com relação aos instrutores são de enfrentamento, alguns chegam a sair da sala de aula e, quando não saem, ficam fazendo outras atividades que não são relativas ao programa.

Observamos que algumas crianças que estão no 5º ano do ensino fundamental da rede pública, ainda não sabem ler nem escrever e muito menos construir interpretação textual. Dessa forma, não conseguem acompanhar as lições que são aplicadas através do Livro do Estudante, ferramenta utilizada nas aulas e construir de forma eficaz o processo de ensino aprendizagem proposto pelo Programa. Durante as aulas, esses alunos pintam as figuras do livro, não copiam as respostas no livro do estudante, ainda que participem ativamente de forma verbal, demonstrando compreenderem o conteúdo.

Em outras circunstâncias, verificamos que várias salas de aula não têm uma boa acústica, não têm ar condicionado, as paredes são construídas de forma que a parte superior seja composta de pequenos blocos vazados de concreto, o que permite uma maior circulação de ar, mas que também permite a entrada de vários sons que prejudicam a atenção e fazem com que os instrutores e os professores tenham que falar em um tom de voz mais alto para que sejam ouvidos pelos alunos que estão na sala de aula. Várias salas de aula também ficam próximas a quadras esportivas e a pátios escolares e quando há alguma atividade feita com os alunos das outras séries, essas atividades dispersam a atenção dos alunos que estão participando das aulas do PROERD; haja vista que, por não possuírem uma ventilação satisfatória, as salas de aula ficam com suas portas abertas.

Nas aulas acompanhadas, nem todas as crianças que pertenciam à turma se faziam presentes. Em uma das aulas que foi aplicada numa sexta-feira, vimos que de uma turma de 25 alunos apenas 15 estavam na aula. Em duas das aulas, observamos que as docentes se ausentaram praticamente durante todo o horário da aula do instrutor PROERD, que teve a duração de 1h15min. Foi observado que em alguns momentos eles precisaram de ajuda para controlar as turmas e para auxiliar as crianças, principalmente as que tinham dificuldade na leitura e na escrita, a fazerem os exercícios propostos. Em apenas uma das aulas, verificamos a presença da direção escolar em algum momento, durante a aplicação das aulas do PROERD.

Segundo alguns instrutores, houve falta de

material didático para aplicação do currículo do 5º ano nesse ano de 2014. Acusam a falta de compromisso do Estado e do município no que se refere à distribuição do material didático junto aos alunos. Durante as aulas observadas, não presenciamos ocorrências envolvendo comportamento agressivo por parte dos alunos, no entanto, alguns instrutores relataram durante a observação da pesquisa, que tem se tornado uma constante as ações em que alunos demonstram agressividade uns com os outros e também, com os docentes.

Segundo os instrutores, também são problemas a serem observados: a falta de comprometimento dos pais com a aplicação do programa; a falta de exemplo da comunidade escolar, funcionários que usam cigarro dentro da própria escola ou nas circunvizinhanças da mesma; a falta de apoio da Coordenação Estadual do PROERD no que se refere à burocracia no preenchimento de papéis que comprovam a aula; a distribuição das escolas, não estabelecendo rodízio de escolas entre os instrutores; não há reciclagem dos instrutores; não há campanhas de motivação dos instrutores; alguns alunos não querem participar das aulas; dificuldade de locomoção do instrutor até a escola, bem como, o perigo do Policial Militar fardado, desarmado e sozinho, em determinadas comunidades com altos níveis de incidência criminosa.

Com relação aos problemas na aplicação do currículo para o 7º ano do Ensino Fundamental, verificamos que se repetem e não diferem em nada dos apresentados anteriormente. Quando questionados sobre como resolver os problemas apresentados, os instrutores deram a sua visão do que poderia ser feito.

Uso da criatividade para envolver todos os alunos desde os mais novos aos mais velhos, com o uso de atividades complementares para os mais velhos. Aulas com o auxílio do PowerPoint; exercícios respondidos de forma verbal para facilitar para os que têm leitura limitada; flexibilidade no tempo da aula que deve se adequar ao tamanho da lição (SARGENTO FEMININO).

Formação das turmas pela faixa etária e não pelo ano escolar; Presença de uma patrulha escolar frequente, visitando as salas de aula, criando um elo e estabelecendo mais confiança na Instituição e na figura do policial. O material didático deve ser analisado a partir do público a que se destina por região ou por estado, voltado ao cotidiano do aluno, onde ele possa interagir a partir dos seus conhecimentos e trazendo uma linguagem simples e com mais ilustrações

(CABO MASCULINO).

O incentivo durante as aulas com a inclusão do professor nas dinâmicas e nas atividades. Inserir nas atividades dos alunos alguns momentos nos quais seja imprescindível a participação do professor para fornecer a resposta. Ex.: Atividades nas quais eles precisem entrevistar ao professor: cada equipe teria que perguntar algo ao professor, para a partir daí, elaborar a sua resposta; realizar palestras na Escola com o Corpo Docente e funcionários para que todos participem conjuntamente do Programa (CABO FEMININO).

Percebe-se nas respostas dos instrutores um conjunto de observações que visam melhorar o funcionamento e aplicação do PROERD, especialmente adequando-o à realidade presente nos locais nos quais o mesmo funciona. Destaque-se nesse sentido o uso da “criatividade”, o respeito ao aluno quando ele fala “exercícios respondidos de forma verbal para facilitar para os que têm leitura limitada”. A preocupação com a participação efetiva do aluno quando se propõe a “formação das turmas pela faixa etária” o que faria com que os alunos estivessem, pelo menos teoricamente, no mesmo nível de desenvolvimento cognitivo relacionado à idade. Vê-se também a necessidade de envolver o corpo docente e administrativo da escola “para que todos participem ativamente do programa”. Ainda mais, destacamos de acordo com as respostas dos instrutores:

Mudança na legislação educacional, hoje o professor “é obrigado” a passar o aluno; Melhores estruturas quando da construção da escola, levando-se em conta desde a iluminação até o espaço e arejamento da sala; trabalho efetivo da escola com os pais; conscientização da comunidade escolar. Maior fiscalização da escola no tocante à frequência dos alunos (MAJOR MASCULINO).

Melhor apoio da Coordenação do PROERD, menos burocracia no preenchimento de papéis que comprovam a aula. Melhor distribuição das escolas para que possa ter rodízio de escolas entre os instrutores. Reciclagem dos instrutores. Enfim, maior motivação. Maior investimento na área de educação, de forma que o aluno realmente desenvolva cognitivamente. Alunos que apresentem deficiências de aprendizado sejam acompanhados de perto pela docente da sala, e que o reforço escolar por parte da escola seja intensificado (CABO MAS-

CULINO)

O comportamento agressivo dos alunos pode ser trabalhado com mais campanhas contra a violência, e trabalhos com psicólogos nas escolas e assistentes sociais. Modificação do material didático utilizado pelos anos que invés de cartilha passe a ser assim como o material do Ensino Infantil, o uso de slides e folders referente ao material exposto, no caso da falta das cartilhas (CABO MASCULINO).

Há também propostas de mudanças de nível estratégico ligado a “mudança na legislação educacional” o que poderia beneficiar a educação escolar básica como um todo. Vê-se também a preocupação com os próprios instrutores quando solicitam “melhor apoio da Coordenação do PROERD” e “maior motivação”, o que poderia auxiliá-los a enfrentar as dificuldades do dia a dia letivo. Ainda se observa a preocupação em se promover ações que possibilitem a diminuição da violência entre os alunos “com mais campanhas contra a violência” e também a atuação de “psicólogos e psicopedagogos nas escolas e assistentes sociais”.

Nesse sentido, percebemos o quanto os instrutores têm a contribuir com o programa PROERD, pois suas experiências tornam-se enriquecedoras e esclarecedoras sobre as dificuldades que o programa enfrenta, bem como, apontando possíveis soluções para melhorar o funcionamento das aulas e o relacionamento com os alunos e coordenação escolar. Nesse contexto, outros instrutores acrescentam-nos mais esclarecimentos:

Promoção de aulas extraclasse; Passeio com os alunos a pontos turísticos da Cidade; Promover gincana cultural com os alunos. Ter um curso para os professores e diretores das escolas, sobre a importância do PROERD e o papel deles, que é muito importante. Inclusão do programa nas disciplinas regulares e com avaliação prevista para estímulo ao aprendizado por parte do aluno (TENENTE MASCULINO).

Disponibilização de material de apoio, próprio do PROERD, para uso do instrutor, tais como: projetor, notebook, caixa sonora, veículo exclusivo do PROERD para locomoção dos instrutores em aulas ou palestras, mais destaque nas formaturas das turmas, com a presença de representantes da cúpula estadual do PROERD, exposição de banners, Banda de Música, distribuição de brindes e/ou medalhas, padronizados e fornecidos pela direção do PROERD, divulgação nos

diversos meios de comunicação, melhor remuneração da hora/aula etc. e ainda apoio dos comandos das Unidades que os instrutores são classificados. (SARGENTO MASCULINO).

Caráter facultativo em participar das aulas do PROERD, tanto aos Pais (na reunião de apresentação do PROERD) quanto para os alunos (primeira aula), mas sempre denotando a relevância da participação no Programa, pois é uma das poucas oportunidades que eles possuem de conversarem, interagirem e debaterem sobre os temas abordados nas aulas do PROERD (SOLDADO, MASCULINO).

Percebe-se que, também são identificadas sugestões que remetam a um trabalho a ser realizado extraclasse como “passeios a pontos turísticos” e “gincanas culturais”. Também se enxerga a necessidade que os instrutores têm de disponibilização de recursos que auxiliem na aplicação das aulas como a “Disponibilização de material de apoio, próprio do PROERD, para uso do instrutor [...] projetor, notebook, caixa sonora, veículo exclusivo do PROERD para locomoção dos instrutores em aulas ou palestras”. Por fim, destacam-se sugestões que permitam um caráter facultativo para a participação nos cursos do PROERD, o que poderia fazer com que só participassem das aulas os que realmente tivessem interesse.

Portanto, os relatos dos instrutores PROERD como sugestões a serem postas em prática dizem respeito exatamente a todas as dificuldades que os mesmos observam no Programa e que, assim, devem ser analisados. O que fica claro é que os desafios são inúmeros, mas o que não impede de afirmarmos que avanços já foram conquistados (OLIVEIRA, 2014), o que faz do PROERD uma ferramenta, no mínimo, interessante, diante de tantos problemas que têm atingindo a nossa juventude.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lidar com a realidade do aluno de escola pública, principalmente localizada nas periferias, é um dos maiores desafios do policial PROERD. Alunos que não são atendidos sequer em suas necessidades básicas, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária⁴. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não chega até eles de forma palpável e real,

não passando de uma legislação que não é colocada em prática para muitos no Brasil.

O presente artigo buscou inicialmente contextualizar historicamente o papel exercido pela Polícia Militar no Brasil. Verificou-se que a Polícia Militar brasileira, fundada com os objetivos de defender os interesses da monarquia e das classes dominantes, perpassou por uma ditadura militar e chegou à contemporaneidade com a missão de desconstruir uma imagem repressora e arbitrária, assumindo um papel de pacificação social e de uma instituição que deve ter como principal meta, defender os interesses da sociedade. Através da parceria Polícia e comunidade, construir uma Segurança Pública com o povo e pelo povo por intermédio da filosofia de Polícia Comunitária.

Para tanto, verificou-se nesse trabalho que a Polícia Militar da Paraíba, têm buscado implementar em seus serviços uma estratégia operacional que viabilize a parceria entre Polícia e comunidade. Uma das ferramentas utilizadas é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), curso ministrado por Policiais Militares a crianças e adolescentes de cunho educativo.

Assim, observamos que o PROERD apresenta problemas em sua execução que podem dificultar ou, até mesmo inviabilizar a sua eficácia. Uma das dificuldades encontradas se refere ao grau de aprendizado formal desses alunos. Infelizmente, não são raros os casos em que as crianças que estão no 5º ano do Ensino Fundamental, não consigam sequer acompanhar uma leitura básica, ficando o livro do estudante, ferramenta usada como apoio para aplicação do curso, com finalidade apenas de livro de figuras, em que eles poderão exercitar apenas a pintura ou rabiscos.

Apontamos também, como aspecto negativo observado, as dificuldades que a educação formal atravessa. Mesmo que o PROERD seja aplicado no ano específico a que esteja destinado, o que foi encontrado nas salas de aula foram alunos, muitas vezes, com a idade avançada para estar naquele ano escolar. Como a pesquisa demonstrou muitos dos alunos estão com idade avançada para o ano letivo como o 5º Ano, por exemplo, demonstraram dificuldade e falta de interesse em participar das aulas, executar as tarefas propostas pelos instrutores, distraem os outros alunos e aparentam influenciar de forma negativa os alunos mais novos, oferecendo a eles estímulos diferentes da aula ministrada pelo instrutor PROERD.

Verificamos que a falta de uma estrutura física ideal nas escolas, alia-se à ausência de recursos, quer seja material didático, meios auxiliares que ajudem os instrutores a darem uma aula de melhor qualidade ou até mesmo uma remuneração

⁴ Artigo 4º da Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

verdadeiramente justa, direcionada ao mister da educação. Some-se ainda, a falta de maior motivação e valorização do Policial PROERD; de envolvimento das famílias dos alunos quer sejam por questões socioeconômicas ou socioculturais ou, de desestrutura familiar. Existe pouco comprometimento da comunidade escolar como foi verificado in loco durante a pesquisa, junto aos instrutores PROERD. As falhas na educação formal no que se refere a um nível educacional baixo, entre os alunos que estão nos anos destinados à aplicação do currículo PROERD e a idade avançada de vários alunos do 5º e 7º anos, são dificuldades reais e preocupantes que atingem a educação como um todo e trazem prejuízos para a eficácia do programa em sua totalidade.

A nação brasileira demonstra mudanças na forma de encarar seus problemas e apesar de ser em ritmo lento, apresenta-se com crescimento em detrimento de centenas de anos de coronelismo e exploração por quem sempre deteve o poder de decisão do futuro do país. Não se pode esperar que as forças de Segurança Pública, resolvam os problemas, que são muito mais de base socioeconômica, sociocultural e estrutural no Brasil; mas, utilizá-las para auxiliar nesse processo em conjunto com a sociedade, desmistificando uma imagem ultrapassada e com expectativas de mudança, tem sem sombra de dúvidas, demonstrado ser um bom começo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CALDEIRA, Jorge et al. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

CARDIA, Nanci. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. Tempo social. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 249-265, maio 1997.

CAVALCANTI NETO, Miguel Libório. Polícia comunitária e sociedade In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual para o Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

CLUB DE PESQUISA, OPINIÃO E MERCADO. Pesquisa qualitativa realizada em 1993 no Estado de São Paulo. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual para o Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a Polícia no Brasil: a construção da ordem imperial numa sociedade mestiça. **Revista de História e Estudos Culturais**, ano VI, v. 6, n. 2, abr.-jun. 2009.

Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

LIMA, João Batista. **A Briosa: História da Polícia Militar da Paraíba (PMPB)**. Ed. Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: 2000.

LUCCI, Marcos Antonio. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. **Professorado: Revista de Currículo y Formación Del Professorado**, v. 10, n. 2, 2006.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovani C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce et al. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão. Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da polícia militar de Pernambuco. **REBESP**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 02-10, 2014.

PEREIRA, Roseane Rodrigues Martins. **O Curso de Formação de Instrutores do PROERD como aperfeiçoamento da profissionalização dos policiais militares de Santa Catarina**. 2009. Monografia (Especialização em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São José, 2009.

PEROVANO, Dalton Gean. **A formação de conceitos sobre drogas pelos estudantes da quarta série do ensino fundamental: uma leitura histórico-cultural-bioecológica da prevenção às drogas**. Tese (Doutorado em Educação) - 2011. UFPR, Curitiba, 2011. 365 f.

_____. **Concepção dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação.** Dissertação (Mestrado em Educação) - 2006. UFPR, Curitiba, 2006. 206 f.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Thompson, 2005.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policia-mento comunitário:** questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOARES, Joice de Souza. **As Reformas Policiais de 1841 e suas consequências para a Secretaria de Polícia da Corte:** um estudo sobre o processo de construção e legitimação da instituição policial. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/anais_complementares>. Acesso em: 30 out. 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 11-24.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário:** como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 21, n 61, set./dez. de 2007.

ZANELLA, Andréa Vieira. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. **Temas em Psicologia,** Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, 1994.

ARTIGO SUBMETIDO EM 08/01/2015 E
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM 07/07/2016.
